

Cresce a opção de ser patrão

Até agosto foram criadas mais de 3 mil microempresas

MARILDA
MASCARENHAS
Da Editoria de Cidade

Uma pesquisa realizada em São Paulo revela que o sonho maior de muitos brasileiros não é ter casa própria ou um carro, mas a sua própria empresa. Em Brasília, cresce a cada dia o número de pessoas que decidiram tornar esse sonho real. Desde que foi criado em janeiro de 1985 o Estatuto da Microempresa, houve uma verdadeira explosão de micros no Distrito Federal, acompanhando, e até superando, uma tendência que se verifica atualmente em todo o País.

O número da Junta Comercial, órgão responsável pelo registro das novas empresas, demonstram bem o boom das microempresas no DF, principalmente depois do Plano de Estabilização Econômica. Em todo o ano de 1985, foram constituídas 2 mil 592 micros, enquanto que no período de janeiro a agosto deste ano já haviam sido criadas 3 mil 333, chegando a ser implantadas até 500 empresas num único mês. De janeiro a agosto de 1985, 8 mil 650 empresas solicitaram enquadramento na categoria especial de microempresa para se beneficiar dos incentivos garantidos pelo Estatuto.

Outro dado revelador do crescimento das microempresas no DF: de todas as que foram criadas este ano, 75 por cento estão enquadradas nessa categoria e apenas 25 por cento correspondem a médias ou grandes empresas. O levantamento da Junta Comercial não discrimina os setores que mais se expandiram, mas pelas estimativas oficiais houve uma explosão maior no setor de confecções, com a instalação de muitas indústrias nas cidades-satélites.

ALFORRIA

A explosão das micros tem um motivo explícito: o Estatuto da Microempresa, criado através de lei federal no Governo João Figueiredo, como estímulo à criação de novas unidades produtivas. Para as pequenas empresas, o Estatuto representou uma verdadeira carta de alforria, estabelecendo um tratamento diferenciado com a garantia de incentivos fiscais e apoio creditício.

O alvo do Estatuto da Microempresa era principalmente as empresas de fundo de quintal e os pequenos

comerciantes que não tinham atividade regulamentada, contribuindo para o crescimento da economia invisível do País. Mas o Estatuto, segundo o vice-presidente da Associação Comercial, Almir Gomes, foi também a rendição de muitos desempregados e dos que sonhavam em se tornar empregador, permitindo a eles criarem a sua própria empresa.

Pelas estimativas de Almir, o número de micros que existem hoje no DF é superior a 18 mil. Já no primeiro ano de implantação do Estatuto, os resultados eram evidentes: nesse período surgiram 10 mil microempresas, incluindo as que já existiam e se beneficiaram com o registro especial. A Associação Comercial também não tem dados sobre os setores que mais se expandiram, mas seu vice-presidente acredita que a área de confecções recebeu um impulso maior. Já há inclusive estudos de se criar uma área especial no Setor de Indústrias para a instalação desse tipo de indústria.

Outra área que se expandiu muito foi a de oficinas mecânicas e de lanchonetes. Para muitos desempregados, explica Almir, era muito mais vantajoso aplicar o seu Fundo de Garantia na abertura de sua própria empresa do que continuar sendo assalariado. Muitas pessoas também já exerciam algum tipo de atividade não regulamentada e o Estatuto da Microempresa permitiu que elas regularizassem sua situação e passassem a se beneficiar dos incentivos garantidos pelo Governo.

CRUZADO

Com a instituição do Plano Cruzado, o número de pessoas que procuraram a Junta Comercial para constituir uma micro praticamente dobrou. De março a agosto deste ano, surgiram 3 mil 494 novas empresas, registrando um crescimento de 27 por cento em relação ao número total de micros constituídas no ano passado. Um mês depois do congelamento de preços, a média de implantação, que no início do ano era de apenas quatro por dia, passou para 10, subindo em abril para 15 e chegando em julho a 18.

O secretário-geral da Junta Comercial, Paulo Henrique Gomes, explica essa mesma influência lembrando que o Plano Cruzado conseguiu exorci-

zar o fantasma da inflação, o que permitiu aos microempresários uma certa estabilidade. Com o congelamento dos preços, eles poderiam controlar seus gastos e custos e fazer estoques. Mas o Plano Cruzado teve também um aspecto negativo, que só começou a ser sentido mais tarde com a crise do abastecimento.

O vice-presidente da Associação Comercial, Almir Gomes, acredita que o susto maior já passou e que a tendência agora é normalizar a oferta de mercadorias. Mas muitos microempresários, segundo ele, ainda estão enfrentando problemas de estoque. As micros, explica, não têm o poder de barganha das grandes empresas e nem pagam ágio. Isto pela própria limitação e sua disponibilidade financeira.

PROPOSTAS

A Associação Comercial já está estudando algumas propostas para corrigir falhas do Estatuto da Microempresa que impede, por exemplo, que eles cresçam. Almir acha que o limite de 10 mil OTNs de receita bruta anual para que as empresas possam se beneficiar das isenções "é muito castrador". Para ele, esse limite deveria ser elevado para 20 mil, acompanhado de uma escala móvel de isenções.

Traduzindo: uma microempresa, que hoje tem uma receita anual de 11 mil OTNs, perde sua condição especial e é obrigada a pagar 100 por cento de impostos. A proposta da Associação Comercial é no sentido de que elas possam crescer, pagando impostos de acordo com sua capacidade. Seria o caso de se estabelecer um escalonamento, sugere Almir, instituindo uma escala progressiva de isenções. A micro que tivesse uma renda de 11 mil OTNs pagaria apenas uma percentagem e não o imposto integral.

Para estudar essas e outras propostas, a Associação Comercial criou recentemente o Instituto da Microempresa, que começará a funcionar em janeiro em convênio com a Universidade de Brasília. O papel desse Instituto será o de facilitar a vida dos microempresários e estimular o surgimento de novas empresas, seguindo exemplo de outros países, como o Japão e os Estados Unidos, que hoje já têm sua economia alicerçada nas microempresas.